



---

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

02/2026

**PROCESSO**

58/2026

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor Preço Global

**CONTRATANTE**

Município de Monte Carmelo/MG - CNPJ Nº 18.593.103/0001-78

**1. OBJETO**

1.1. REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA DESTINADA À REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CELSO BUENO, NO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.2. Objetivo da Contratação

1.2.1. A presente contratação tem por objetivo promover a revitalização da Praça Celso Bueno, no Município de Monte Carmelo/MG, mediante a execução de obra de engenharia destinada à requalificação estrutural, funcional e estética do espaço público, visando proporcionar melhores condições de acessibilidade, segurança, lazer, convivência social e bem-estar à população.

1.2.2. A intervenção contempla a melhoria da infraestrutura urbana existente, incluindo adequações de pavimentação, implantação de paisagismo, instalação de mobiliário urbano, execução de playground infantil, execução de lago ornamental e demais serviços necessários à adequada utilização e valorização do espaço público.

1.2.3. Busca-se, ainda, garantir maior funcionalidade, durabilidade, inclusão social e integração urbana, observando critérios de qualidade, sustentabilidade, segurança, acessibilidade e interesse público, em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente.

**2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação refere-se à execução de obra de engenharia destinada à revitalização da Praça Celso Bueno, no Município de Monte Carmelo/MG, contemplando os serviços previstos nos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos anexos ao processo.

2.2. A contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, Decretos Federais e Municipais aplicáveis, normas técnicas da ABNT, bem como demais legislações pertinentes à execução de obras e serviços de engenharia.

2.3. O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, considerando que os quantitativos e especificações do objeto encontram-se adequadamente definidos nos documentos técnicos elaborados pela Administração.



2.4. O prazo de execução da obra será de 05 (cinco) meses, conforme cronograma físico-financeiro, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.5. O orçamento estimado da contratação foi elaborado com base nas tabelas referenciais DER Triângulo Mineiro 07/2025 (não desonerado) e SINAPI MG 11/2025 (não desonerado), acrescido de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) correspondente a 24,84% (vinte e quatro vírgula oitenta e quatro por cento).

2.6. Será exigida garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas no edital.

2.7. A licitação será realizada na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global.

2.8. O objeto caracteriza-se como obra de engenharia de natureza comum, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e documentos técnicos integrantes do processo.

2.9. A futura contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com o objeto licitado, mediante apresentação dos documentos exigidos no edital e seus anexos.

2.10. A contratada será responsável pela execução integral da obra, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto, observadas as normas técnicas aplicáveis, especificações do projeto, memorial descritivo e orientações da fiscalização.

2.11. Os pagamentos ocorrerão mediante medições dos serviços efetivamente executados, observadas as etapas previstas no cronograma físico-financeiro e demais condições estabelecidas no edital, contrato e anexos.

2.12. A licitante e a futura contratada estarão **sujeitas** às infrações administrativas e sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às penalidades estabelecidas no edital e no instrumento contratual.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de revitalização da Praça Celso Bueno, localizada no Município de Monte Carmelo/MG, importante espaço público destinado ao convívio social, lazer, integração comunitária e utilização coletiva pela população.

3.2. Em razão do desgaste natural decorrente do tempo, da utilização contínua do espaço e da ausência de intervenções estruturais mais amplas ao longo dos anos, a praça apresenta atualmente condições físicas e funcionais que demandam adequações e melhorias, especialmente em relação à pavimentação, mobiliário urbano, acessibilidade e áreas de permanência e lazer.

3.3. A contratação mostra-se necessária para promover a requalificação estrutural, funcional e estética do espaço público, proporcionando melhores condições de segurança, acessibilidade, conforto e utilização pela população, além de contribuir para a valorização urbana e fortalecimento das áreas públicas de convivência do Município.

3.4. A solução proposta contempla a execução de obra de engenharia voltada à revitalização da praça,



incluindo serviços de pavimentação, execução de vasos de concreto, instalação de mobiliário urbano, implantação de playground infantil, execução de piso monolítico emborrachado, execução de lago ornamental e demais intervenções previstas nos projetos e documentos técnicos que integram o processo.

3.5. A contratação encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Obras, tendo sido identificada como a solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa e do interesse público, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, acessibilidade, sustentabilidade e adequada aplicação dos recursos públicos.

3.6. A contratação também se justifica pela necessidade de proporcionar ambiente urbano mais adequado, seguro, acessível e funcional à população, incentivando a utilização do espaço público e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

3.7. Fundamentação da Classificação do Objeto quanto à Natureza Técnica.

3.7.1. Considerando as características técnicas do objeto, verifica-se que os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade se encontram objetivamente definidos por meio dos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o presente processo.

3.7.2. Os serviços compreendem a execução de obra de revitalização de espaço público urbano, incluindo serviços de pavimentação, execução de vasos de concreto, instalação de mobiliário urbano, playground infantil, piso monolítico emborrachado, lago ornamental e demais intervenções correlatas, mediante utilização de técnicas construtivas padronizadas e amplamente difundidas no setor da construção civil, não envolvendo solução técnica inovadora, experimental ou singular.

3.7.3. Dessa forma, a contratação poderá ser processada mediante licitação na modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço global, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**

4.1. A solução proposta consiste na execução de obra de engenharia destinada à revitalização da Praça Celso Bueno, no Município de Monte Carmelo/MG, contemplando intervenções voltadas à requalificação estrutural, funcional e urbanística do espaço público.

4.2. A execução da obra compreenderá, dentre outros serviços previstos nos projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos:

- 4.2.1. serviços preliminares e administração da obra;
- 4.2.2. remoção e recomposição de pavimentações;
- 4.2.3. execução de pisos e áreas de circulação;
- 4.2.4. execução de vasos de concreto;
- 4.2.5. instalação de mobiliário urbano;
- 4.2.6. implantação de playground infantil;
- 4.2.7. execução de piso monolítico emborrachado;



4.2.8. execução de lago ornamental;

4.2.9. demais serviços complementares necessários à completa execução do objeto.

4.3. A solução foi concebida considerando critérios de funcionalidade, acessibilidade, segurança, durabilidade, estética urbana e adequada utilização do espaço público pela população.

4.4. Os materiais e serviços empregados deverão observar padrões adequados de qualidade, resistência e durabilidade, visando à redução de custos futuros com manutenção corretiva e à ampliação da vida útil das estruturas e equipamentos implantados.

4.5. A execução deverá observar integralmente os projetos, especificações técnicas, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, normas técnicas da ABNT, legislação vigente e orientações da fiscalização contratual.

4.6. A solução também considera aspectos relacionados ao ciclo de vida do objeto, buscando a utilização de materiais e soluções construtivas compatíveis com a durabilidade esperada da obra, facilidade de manutenção e adequada conservação do espaço público ao longo do tempo.

4.7. As especificações dos itens, quantitativos, unidades de medida e valores estimados encontram-se detalhados na planilha orçamentária integrante do processo administrativo.

## **5. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.1. Não se aplica ao presente procedimento, tendo em vista que a Administração não indicará marcas, modelos ou fabricantes específicos, garantindo-se a observância dos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, desde que os materiais, equipamentos e serviços ofertados atendam integralmente às especificações técnicas e padrões mínimos de qualidade definidos neste Termo de Referência, projetos, memorial descritivo e demais documentos técnicos do processo.

## **6. DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO**

6.1. Não se aplica ao presente procedimento, uma vez que não haverá vedação prévia à contratação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo ser aceitos os materiais, equipamentos e produtos que atendam plenamente às especificações técnicas, padrões mínimos de qualidade e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

## **7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

7.1. Não será exigida a apresentação de amostras no presente procedimento, considerando que as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, projetos, memorial descritivo e demais documentos técnicos são suficientes para caracterizar adequadamente o objeto e permitir a avaliação da conformidade das propostas.

7.2. A Administração poderá, durante a execução contratual, solicitar catálogos, fichas técnicas, prospectos, certificados ou documentos equivalentes dos materiais, equipamentos e componentes a serem empregados na obra, especialmente quando necessários à verificação da conformidade técnica, qualidade, desempenho ou atendimento às especificações previstas no processo

## **8. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**



8.1. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, fornecedor ou terceiro no presente procedimento, considerando que a futura contratada responderá integralmente pela execução do objeto, qualidade dos materiais empregados, adequação técnica dos serviços executados e cumprimento das obrigações contratuais, nos termos da legislação vigente.

## **9. DA EXIGÊNCIA DE SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto da presente contratação.

9.2. Poderá ser admitida a subcontratação parcial de serviços acessórios, complementares ou especializados, desde que:

9.2.1. não implique transferência integral das obrigações contratuais;

9.2.2. não comprometa a qualidade, desempenho, controle técnico ou responsabilidade da contratada;

9.2.3. seja previamente comunicada e autorizada pela fiscalização ou pela Administração;

9.2.4. permaneça sob integral responsabilidade da contratada perante a Administração.

9.3. subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução do objeto, incluindo obrigações técnicas, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, civis e de segurança do trabalho.

9.4. Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica do objeto, especialmente aquelas utilizadas para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional da licitante, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e mediante justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

9.5. A Administração poderá exigir da subcontratada documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista, qualificação técnica e demais documentos que entender necessários à adequada fiscalização contratual

## **10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

10.1. Será exigida da empresa vencedora, como condição indispensável para a assinatura do contrato, a prestação de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023, com a finalidade de assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas durante a execução contratual.

10.2. A garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, observando-se, ainda, que, conforme previsto no edital e nos termos do art. 59, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta apresentada, sem prejuízo da garantia principal exigida.

10.3. Nos termos do art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicável às contratações de obras e serviços de engenharia, a exigência de garantia adicional tem por finalidade assegurar a efetiva execução do objeto e mitigar riscos relacionados à inexecução contratual.

10.4. A garantia deverá ser apresentada no ato da assinatura do contrato, podendo ser prestada por qualquer das modalidades admitidas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

10.4.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;



---

10.4.2. seguro-garantia;

10.4.3. fiança bancária;

10.4.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.5. No caso de opção por caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado exclusivamente na conta oficial do Município de Monte Carmelo/MG, conforme os seguintes dados:

10.5.1. Banco: Banco do Brasil;

10.5.2. Agência: 0366-2;

10.5.3. Conta Corrente: 70.790-2;

10.5.4. Titular: Município de Monte Carmelo – MG;

10.5.5. CNPJ: 18.593.103/0001-78.

10.6. A garantia deverá permanecer válida durante todo o período de vigência contratual, abrangendo eventuais prorrogações, e somente será liberada após o recebimento definitivo do objeto, desde que comprovado o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

10.7. Em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, a Administração poderá executar a garantia, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

**10.8. Justificativa da exigência de garantia contratual.**

10.8.1. A exigência de garantia contratual mostra-se adequada e necessária em razão da natureza do objeto, que consiste na execução de obra de engenharia destinada à revitalização da Praça Celso Bueno, envolvendo serviços de pavimentação, paisagismo, instalação de mobiliário urbano, implantação de playground infantil, execução de piso emborrachado, lago ornamental e demais intervenções correlatas.

10.8.2. Trata-se de obra de engenharia que envolve múltiplas etapas executivas, fornecimento de materiais, equipamentos e serviços especializados, cuja eventual paralisação, abandono ou execução inadequada pode ocasionar prejuízos ao erário, atrasos na entrega da obra e comprometimento da adequada utilização do espaço público pela população.

10.8.3. Considerando o valor estimado da contratação, o prazo de execução previsto e os riscos inerentes à execução contratual, a garantia contratual constitui importante mecanismo de mitigação de riscos administrativos, técnicos e financeiros, assegurando maior proteção à Administração quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

10.8.4. A exigência de garantia contratual encontra amparo no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023, revelando-se compatível com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, segurança jurídica e proteção do interesse público.

10.8.5. A previsão de garantia adicional nos casos de propostas inferiores a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração busca resguardar a Administração quanto aos riscos de inexecução contratual, especialmente em contratações de obras e serviços de engenharia.

10.8.6. Dessa forma, a exigência de garantia contratual revela-se medida adequada, proporcional e necessária para assegurar a adequada execução do objeto, a mitigação de riscos contratuais e a proteção do interesse público.

## **11.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**





11.1. A execução do objeto deverá observar rigorosamente os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas e demais documentos integrantes do processo licitatório, bem como as normas técnicas aplicáveis, em especial as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais regulamentações pertinentes à execução de obras e serviços de engenharia.

11.2. O objeto consiste na execução de obra de engenharia destinada à revitalização da Praça Celso Bueno, no Município de Monte Carmelo/MG, compreendendo serviços de remoção e recomposição de pisos, execução de vasos de concreto, instalação de mobiliário urbano, implantação de playground infantil com piso emborrachado, execução de lago ornamental e demais serviços correlatos, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização e desmobilização, bem como todos os serviços auxiliares necessários à completa e adequada execução da obra.

11.3. A execução deverá ocorrer sob o regime de empreitada por preço global, cabendo à contratada a responsabilidade integral pela execução de todos os serviços previstos, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

11.4. A contratada deverá iniciar os serviços após a emissão da Ordem de Serviço pela Administração, observando o prazo máximo de execução de 05 (cinco) meses, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro aprovado.

11.5. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as seguintes diretrizes:

11.5.1. Executar os serviços de remoção, recomposição e implantação de pavimentações, pisos e áreas de circulação, observando os níveis, alinhamentos, acabamentos e especificações técnicas constantes nos projetos e memoriais descritivos;

11.5.2. Executar os vasos de concreto conforme especificações constantes nos projetos e memorial descritivo, incluindo fundação, alvenaria, revestimentos, impermeabilização e acabamento final;

11.5.3. Executar a instalação de mobiliário urbano, incluindo bancos metálicos, lixeiras metálicas, deck em madeira e demais equipamentos previstos nos documentos técnicos do processo;

11.5.4. Executar a implantação do playground infantil, incluindo instalação dos equipamentos recreativos e execução de piso monolítico emborrachado, observando os requisitos de segurança, qualidade e desempenho aplicáveis;

11.5.5. Executar o lago ornamental conforme dimensões, especificações técnicas e acabamentos previstos em projeto, garantindo estanqueidade, funcionalidade e adequada execução do sistema;

11.5.6. Garantir a qualidade dos materiais empregados e dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas, defeitos ou desconformidades;

11.5.7. Adotar todas as medidas necessárias à proteção ambiental, à segurança dos trabalhadores e à integridade de terceiros, em conformidade com a legislação vigente;

11.5.8. Manter no local da obra responsável técnico devidamente habilitado e registrado no respectivo conselho profissional (CREA ou CAU), com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT;

11.5.9. Responsabilizar-se pela sinalização, isolamento e organização do canteiro de obras, garantindo a segurança da população, dos trabalhadores e das áreas adjacentes;

11.5.10. Executar os serviços de forma a minimizar impactos à utilização do espaço público e à rotina



da comunidade local, assegurando a adequada limpeza e organização da área durante toda a execução da obra.

11.6. A contratada será integralmente responsável pela qualidade técnica da obra, pela observância das normas aplicáveis e pelo cumprimento dos prazos e condições estabelecidos, respondendo civil, administrativa e tecnicamente pela execução dos serviços.

11.7. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração designado(s) formalmente, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023.

## **12.MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12.1. A gestão e a fiscalização do contrato decorrente desta contratação serão realizadas em conformidade com o disposto nos arts. 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023, competindo à Administração acompanhar, supervisionar e verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

12.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) por meio da Portaria nº 16.159, de 02 de fevereiro de 2026, aos quais caberá exercer as atribuições de gestão e fiscalização técnica e administrativa do contrato.

12.3. Gestão do Contrato - A gestão do contrato será exercida por servidor designado pela Administração, ao qual competirá, entre outras atribuições:

12.3.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;

12.3.2. Acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive quanto aos prazos de execução da obra;

12.3.3. Controlar a vigência contratual e adotar as providências necessárias à regular execução do contrato;

12.3.4. Analisar solicitações de alterações contratuais, prorrogações, reequilíbrio econômico-financeiro e demais demandas apresentadas pela contratada;

12.3.5. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução contratual;

12.3.6. Registrar formalmente as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

12.3.7. Adotar as providências necessárias à apuração de irregularidades e eventual aplicação de sanções administrativas;

12.3.8. Encaminhar à autoridade competente relatórios e informações relacionadas ao desempenho contratual.

12.4. Fiscalização Técnica - A fiscalização técnica será exercida por servidor ou equipe técnica designada, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

12.4.1. Verificar se os serviços estão sendo executados em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas e demais documentos contratuais;

12.4.2. Acompanhar a execução das etapas da obra e o cumprimento do cronograma físico-financeiro;

12.4.3. Avaliar a qualidade dos materiais empregados e dos serviços executados;

12.4.4. Determinar a correção de falhas, irregularidades ou serviços executados em desconformidade





---

com as especificações técnicas;

12.4.5. Realizar medições dos serviços executados para fins de pagamento;

12.4.6. Emitir relatórios técnicos de acompanhamento da execução da obra;

12.4.7. Atestar medições e documentos fiscais, quando verificada a regular execução dos serviços;

12.4.8. Comunicar formalmente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução contratual.

12.5. Fiscalização Administrativa - A fiscalização administrativa será responsável pelo acompanhamento dos aspectos formais e administrativos do contrato, incluindo:

12.5.1. Verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada;

12.5.2. Controle dos prazos contratuais;

12.5.3. Controle da apresentação de documentos obrigatórios, garantias e demais exigências contratuais;

12.5.4. Apoio à instrução processual para fins de pagamento;

12.5.5. Registro e controle das ocorrências administrativas relacionadas ao contrato.

12.6. Obrigações da Contratada perante a Gestão e Fiscalização - A contratada deverá:

12.6.1. Permitir livre acesso da fiscalização ao local da obra, documentos, registros e demais informações relacionadas à execução contratual;

12.6.2. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas pela Administração;

12.6.3. Atender às determinações da fiscalização relacionadas à execução dos serviços;

12.6.4. Manter no local da obra responsável técnico devidamente habilitado para acompanhamento e interlocução com a fiscalização;

12.6.5. Manter atualizado, quando aplicável, o diário de obras durante toda a execução contratual.

12.7. Registro e Comunicação das Ocorrências - Todas as ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser formalmente registradas, podendo ser utilizados, entre outros instrumentos:

12.7.1. Diário de obras;

12.7.2. Relatórios de fiscalização;

12.7.3. Notificações formais;

12.7.4. Ordens de serviço;

12.7.5. Termos de recebimento provisório e definitivo.

12.8. Recebimento do Objeto - O objeto será recebido:

12.8.1. Provisoriamente, pelo responsável pela fiscalização técnica, mediante termo circunstanciado, após a conclusão dos serviços e verificação preliminar da conformidade da obra;

12.8.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela Administração, após verificação da qualidade e conformidade dos serviços executados, observadas as condições estabelecidas no edital, contrato e legislação aplicável.

12.8.3. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto, nos termos da legislação vigente.

12.9. O descumprimento das obrigações contratuais poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 2.621/2023, edital e contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



### **13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO**

- 13.1. Os serviços executados serão medidos conforme os quantitativos efetivamente realizados, observadas as etapas previstas no cronograma físico-financeiro, projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes do processo.
- 13.2. As medições serão realizadas pela fiscalização técnica designada pela Administração, mediante verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições estabelecidas no contrato.
- 13.3. Somente serão considerados para fins de medição e pagamento os serviços efetivamente executados, aceitos pela fiscalização e em conformidade com os documentos contratuais.
- 13.4. As medições poderão ocorrer mensalmente, conforme evolução física da obra e cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.
- 13.5. A contratada deverá apresentar boletim de medição acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios da execução dos serviços, conforme exigências da fiscalização contratual.
- 13.6. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis ou condições estabelecidas no contrato, devendo a contratada promover as correções necessárias às suas expensas.
- 13.7. O recebimento provisório ocorrerá mediante termo circunstanciado emitido pela fiscalização técnica, após a conclusão dos serviços e verificação preliminar da conformidade da obra.
- 13.8. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da qualidade, funcionalidade e conformidade dos serviços executados, observadas as condições estabelecidas no edital, contrato e legislação aplicável.
- 13.9. O recebimento definitivo ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a emissão do termo de recebimento provisório, desde que constatada a plena conformidade dos serviços executados.
- 13.10. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto, nos termos da legislação vigente.
- 13.11. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da nota fiscal, acompanhada da medição aprovada pela fiscalização e dos documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos pela legislação vigente.
- 13.12. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização e aprovada pela Administração, observadas as condições contratuais e disponibilidade financeira.
- 13.13. O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada durante toda a execução contratual.
- 13.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência na medição ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.
- 13.15. Sobre os pagamentos realizados incidirão as retenções tributárias, previdenciárias e legais aplicáveis, conforme legislação vigente.
- 13.16. Não haverá pagamento antecipado, total ou parcial, da execução do objeto, salvo nas hipóteses



---

expressamente previstas em lei e devidamente justificadas pela Administração.

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 14.1. Executar integralmente o objeto contratado em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, normas da ABNT, legislação vigente e demais documentos integrantes do processo licitatório.
- 14.2. Iniciar a execução dos serviços após a emissão da Ordem de Serviço expedida pela Administração, observando os prazos estabelecidos no contrato.
- 14.3. Fornecer todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, máquinas, transporte e demais insumos necessários à completa execução da obra.
- 14.4. Manter durante toda a execução contratual responsável técnico devidamente habilitado junto ao conselho profissional competente, com a respectiva ART ou RRT.
- 14.5. Executar os serviços com observância das normas técnicas aplicáveis, boas práticas de engenharia, segurança do trabalho e proteção ambiental.
- 14.6. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos materiais empregados e dos serviços executados, promovendo, às suas expensas, a correção de falhas, defeitos, vícios ou irregularidades constatadas pela fiscalização.
- 14.7. Manter o local da obra devidamente sinalizado, organizado, limpo e seguro durante toda a execução contratual.
- 14.8. Adotar todas as medidas necessárias à proteção dos trabalhadores, usuários do espaço público e terceiros eventualmente afetados pela execução da obra.
- 14.9. Cumprir integralmente as normas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança aplicáveis à execução contratual.
- 14.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis e administrativos decorrentes da execução do contrato.
- 14.11. Permitir livre acesso da fiscalização da Administração ao local da obra, documentos, registros e demais informações relacionadas à execução contratual.
- 14.12. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas pela Administração e pela fiscalização contratual.
- 14.13. Atender prontamente às notificações, determinações e solicitações emitidas pela fiscalização.
- 14.14. Comunicar imediatamente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução da obra, o cumprimento dos prazos ou a segurança dos serviços.
- 14.15. Responsabilizar-se pela guarda, proteção e conservação dos materiais, equipamentos e serviços executados até o recebimento definitivo do objeto.
- 14.16. Promover a adequada destinação dos resíduos gerados durante a execução da obra, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- 14.17. Reparar eventuais danos causados ao patrimônio público, a terceiros ou ao meio ambiente em decorrência da execução contratual.
- 14.18. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- 14.19. Apresentar os documentos, medições, relatórios, certidões e demais informações exigidas pela



---

Administração para acompanhamento da execução contratual e processamento dos pagamentos.

14.20. Responsabilizar-se integralmente pela solidez, segurança, funcionalidade e adequada execução da obra, nos termos da legislação vigente.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

15.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023, constituem obrigações da Contratante:

15.1.1. Disponibilizar à Contratada todos os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, cronogramas, planilhas orçamentárias e demais elementos necessários à adequada execução do objeto.

15.1.2. Prestar esclarecimentos técnicos e administrativos necessários à execução contratual, sempre que solicitados pela Contratada.

15.1.3. Designar formalmente fiscal e, quando aplicável, gestor do contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução da obra, nos termos da legislação vigente.

15.1.4. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, podendo solicitar correções, ajustes ou providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

15.1.5. Registrar formalmente todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.

15.1.6. Proceder às medições periódicas da obra executada, conforme cronograma físico-financeiro e critérios estabelecidos no contrato.

15.1.7. Realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, após verificação da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas e demais condições contratuais.

15.1.8. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato, projetos, especificações técnicas ou determinações da fiscalização, determinando sua correção.

15.1.9. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, conforme medições aprovadas, no prazo e condições estabelecidos no contrato e neste Termo de Referência.

15.1.10. Efetuar as retenções legais, tributárias e contratuais aplicáveis, quando for o caso.

15.1.11. Assegurar à Contratada, acesso às áreas necessárias para execução da obra, observadas as exigências legais e contratuais pertinentes.

15.1.12. Adotar as providências necessárias para viabilizar a execução do objeto, quando dependentes de atos ou autorizações sob responsabilidade da Administração.

15.1.13. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.14. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada.

15.1.15. Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observadas as hipóteses e condições previstas na legislação vigente.

15.1.16. Promover os atos necessários à adequada gestão, fiscalização e execução contratual.

15.1.17. Notificar formalmente a Contratada sobre irregularidades verificadas durante a execução da obra.

15.1.18. Manter registro formal das comunicações, notificações, medições, decisões e demais atos relacionados à execução contratual.



---

**16. FORMA, 16. FORMA, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

16.1. A seleção do fornecedor observará rigorosamente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023, bem como as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos técnicos.

16.2. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório na modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, destinada à contratação de obra e serviço de engenharia, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando o valor total necessário à execução integral do objeto, conforme planilha orçamentária elaborada pela Administração.

16.4. O regime de execução será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, cabendo à contratada a responsabilidade pela execução integral da obra pelo valor global contratado.

16.5. O modo de disputa será o ABERTO, no qual os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, observadas as regras estabelecidas no edital.

16.6. O procedimento observará a sequência ordinária prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, com análise da documentação de habilitação exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

16.7. Aplicam-se ao presente procedimento os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 2.748, de 26 de abril de 2024, observadas as hipóteses legais e regulamentares pertinentes.

16.8. Será exigida garantia de proposta, como condição de participação no certame, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

16.9. A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

16.9.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

16.9.2. seguro-garantia;

16.9.3. fiança bancária;

16.9.4. título de capitalização custeado por pagamento único.

16.10. A comprovação da prestação da garantia de proposta deverá ser realizada diretamente na plataforma de licitação eletrônica utilizada no certame, em campo próprio destinado ao envio da documentação correspondente.

16.11. O envio da comprovação da garantia de proposta deverá ocorrer obrigatoriamente no momento do cadastramento da proposta eletrônica pelo licitante, portanto antes do início da sessão pública definida no preâmbulo do edital.

16.12. A ausência de apresentação da garantia de proposta, sua apresentação intempestiva, em desconformidade com o edital ou em valor inferior ao exigido ensejará a desclassificação da proposta ou impedimento de participação no certame, conforme disposto no edital e na legislação aplicável.

16.13. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes não vencedores após a homologação do certame e, ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato e apresentação da garantia contratual.

16.14. A garantia de proposta poderá ser executada pela Administração nas hipóteses previstas na



legislação e no edital, especialmente em caso de recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, não apresentação da garantia contratual ou prática de ato que comprometa a validade da proposta.

16.15. Será exigida garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

16.16. Nos termos do art. 59, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, quando o valor da proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração, poderá ser exigida garantia adicional correspondente à diferença entre o valor da proposta e o valor estimado.

16.17. Serão observadas as exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstas no edital, inclusive quanto à qualificação técnica compatível com o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.18. As propostas deverão observar o orçamento estimado pela Administração, os documentos técnicos do processo, o cronograma físico-financeiro e os critérios de aceitabilidade definidos no edital e seus anexos.

16.19. Serão desclassificadas as propostas que:

16.19.1. apresentarem valor global superior ao orçamento estimado para a contratação;

16.19.2. apresentarem preços manifestamente inexequíveis;

16.19.3. apresentarem desconformidade substancial com as exigências do edital e seus anexos.

16.20. A análise de exequibilidade observará os critérios legais aplicáveis às obras e serviços de engenharia, podendo a Administração realizar diligências para comprovação da viabilidade da proposta apresentada.

16.21. A Administração poderá exigir, para fins de comprovação da exequibilidade da proposta, apresentação de planilhas, memórias de cálculo, composição de custos, documentos fiscais, contratos anteriores, notas fiscais, declarações, catálogos, fichas técnicas e demais documentos que entender necessários à adequada análise da viabilidade técnica e econômica da proposta.

## **17. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

17.1. A execução do objeto ocorrerá sob o regime de empreitada por preço global, compreendendo a execução integral da obra de revitalização da Praça Celso Bueno, no Município de Monte Carmelo/MG, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, desmobilização e todos os serviços necessários à completa execução do objeto.

17.2. A contratada deverá observar integralmente:

17.2.1. os projetos;

17.2.2. os memoriais descritivos;

17.2.3. a planilha orçamentária;

17.2.4. o cronograma físico-financeiro;

17.2.5. as especificações técnicas;

17.2.6. as normas da ABNT;

17.2.7. as normas ambientais e de segurança do trabalho;





---

17.2.8. as determinações da fiscalização contratual.

17.3. A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com os documentos técnicos integrantes do processo licitatório, observando critérios de qualidade, segurança, funcionalidade, acessibilidade, durabilidade e adequada execução da obra.

17.4. A contratada será responsável pela execução integral da obra, incluindo:

17.4.1. instalação e manutenção do canteiro de obras;

17.4.2. sinalização e isolamento das áreas em execução;

17.4.3. proteção das áreas existentes;

17.4.4. limpeza permanente do local;

17.4.5. destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;

17.4.6. recomposição de áreas eventualmente danificadas durante a execução dos serviços.

17.5. A execução da obra compreenderá, dentre outros serviços previstos nos documentos técnicos do processo:

17.5.1. serviços preliminares e administração da obra;

17.5.2. remoção e recomposição de pavimentações;

17.5.3. execução de pisos e áreas de circulação;

17.5.4. execução de vasos de concreto;

17.5.5. instalação de mobiliário urbano;

17.5.6. implantação de playground infantil;

17.5.7. execução de piso monolítico emborrachado;

17.5.8. execução de lago ornamental;

17.5.9. demais serviços complementares necessários à completa execução do objeto.

17.6. A contratada deverá iniciar os serviços após a emissão da Ordem de Serviço expedida pela Administração, observando o prazo máximo de execução de 05 (cinco) meses, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.

17.7. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, coordenada e compatível com as etapas previstas no cronograma físico-financeiro.

17.8. Todos os materiais empregados deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas constantes nos projetos, memorial descritivo e demais documentos do processo.

17.9. A Administração poderá exigir, durante a execução contratual, catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos ou documentos equivalentes dos materiais e equipamentos empregados na obra.

17.10. A contratada deverá manter no local da obra responsável técnico devidamente habilitado junto ao CREA e/ou CAU, com a respectiva ART ou RRT, durante toda a execução contratual.

17.11. A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis, boas práticas de engenharia, condições de segurança do trabalho e medidas de proteção ambiental.

17.12. A contratada será integralmente responsável pela qualidade técnica dos serviços executados, respondendo civil, administrativa e tecnicamente pela adequada execução do objeto.

17.13. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração formalmente designado(s), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023.



---

**18. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:**

**18.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

18.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

18.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

18.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

18.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**18.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

18.2.1. Prova de inscrição no **CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.2.2. Prova de regularidade com o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS);

18.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **CNDT** Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.2.5. Prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA [MUNICIPAL/DISTRITAL]** do município domicílio ou sede do fornecedor;



18.2.6. Prova de **REGULARIDADE COM A FAZENDA [ESTADUAL/DISTRITAL]** do estado domicílio ou sede do fornecedor;

18.2.7. Prova de **REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL**, mediante apresentação de **CERTIDÃO** expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

18.2.10. **CERTIDÃO SIMPLIFICADA, OU SIMPLIFICADA DIGITAL DA JUNTA COMERCIAL**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

### 18.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

18.3.1. **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA**, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

18.3.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

18.3.2. **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei (termo de abertura e encerramento do livro diário quando o registro do Órgão Competente constar somente neste), devidamente autenticados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente.

18.3.2.1. Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

- a) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;
- b) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis deverá possuir registro no órgão competente;
- c) Quando a licitante, se utilizar da escrituração em forma eletrônica (SPED), deverá ser apresentada a escrituração em livro digital, que deverá conter o balanço patrimonial e demonstrativo de resultado autenticado na forma eletrônica, acompanhado do Recibo de entrega do livro digital/Termo de Autenticação do Livro Diário.



18.3.2.2. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

18.3.2.3. Os documentos referidos no item 18.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

18.3.3. A boa situação econômico-financeira da licitante será comprovada através de memorial de cálculo, assinado por profissional habilitado da área contábil, conforme os índices a seguir mencionados:

– Índice de Liquidez Corrente:  $ILC = AC / PC$ , onde  $ILC \geq 1,0$ ;

ILC = Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

– Índice de Liquidez Geral:  $ILG = (AC + RLP) / (PC + Ex.LP)$ , onde  $ILG \geq 1,0$ ;

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

– Índice de Solvência Geral:  $ISG = (AT) / (PC + PNC)$ , onde  $ISG \geq 1,0$ ;

ILG = Índice de Liquidez Geral

AT= Ativo Total

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo não Circulante

18.3.4. Considerando que será exigida a apresentação dos balanços patrimoniais dos últimos 02 (dois) exercícios, deverão ser elaborados um memorial para cada exercício financeiro apresentado.

18.3.5. A licitante que não atender em um dos exercícios as exigências acima dispostas, poderá de forma subsidiária para fins de qualificação econômico-financeira, comprovar patrimônio líquido ou capital social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

18.3.6. Caso a licitante não cumpra nenhuma das exigências dispostas, ela será considerada inabilitada do certame.

#### 18.4. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

18.4.1. **Certidão de Registro e Quitação** da empresa licitante e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro do prazo de validade, compatível com o objeto da licitação, acompanhada da certidão de registro e quitação do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s).

18.4.2. Capacitação Técnico-Profissional

18.4.2.1. Comprovação de capacitação técnico-profissional mediante apresentação de Atestado(s) ou



Certidão(ões) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes, compatíveis em natureza, complexidade e relevância com o objeto desta contratação, envolvendo as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da planilha orçamentária, conforme discriminados abaixo:

- a) **ITEM 4.2** - INSTALAÇÃO DE BANCO METÁLICO COM ENCOSTO, 1,60 M DE COMPRIMENTO, EM TUBO DE AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE - 35,00 UN - R\$ 54.737,55;
- b) **ITEM 4.3** - INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE SOLO - 12,00 UN - R\$ 19.366,32;
- c) **ITEM 5.2** - EXECUÇÃO OU RECOMPOSIÇÃO DE PISO MONOLÍTICO DE BORRACHA COLORIDO ESPESSURA 40MM - 196,06 M2 – R\$ 147.266,55;
- d) **ITEM 5.3** - PLAYGROUND COM DUAS TORRES (CASINHAS) COM ESCORREGADORES E ESCALADORES EM PVC COLORIDO E TUBOS DE AÇO - 1,00 UN – R\$ 65.410,29;
- e) **ITEM 5.4** - BRINQUEDO MOLA - 3,00 UN – R\$ 22.895,94;
- f) **ITEM 6.1** - EXECUÇÃO DE LAGO ORNAMENTAL CONFORME PROJETO - 12,00 M2 - R\$ 46.643,28.

18.4.2.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, será exigida comprovação mínima de até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos para as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, nos termos do art. 67, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4.2.2. Tais exigências observam os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, visando assegurar que o(s) profissional(is) responsável(is) possua(m) experiência comprovada na execução de serviços tecnicamente compatíveis com o objeto contratado.

18.4.2.3. Embora o item “Administração Local de Obra” apresente relevância financeira na composição do orçamento estimado da contratação, tal serviço não foi considerado parcela de maior relevância técnica para fins de exigência de comprovação de capacidade técnica, uma vez que não representa, isoladamente, atividade de elevada complexidade técnica ou elemento essencial à demonstração da aptidão operacional específica da licitante para execução do núcleo técnico do objeto, razão pela qual não integra o rol de serviços exigidos para comprovação da qualificação técnica, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4.3. Não serão aceitos atestados referentes a serviços não concluídos, nem atestados parciais que não comprovem a efetiva execução e conclusão dos serviços exigidos.

18.4.4. Para fins de comprovação da qualificação técnica, serão aceitos atestados que demonstrem a execução de serviços com características semelhantes, compatíveis em natureza, complexidade e relevância com as parcelas indicadas neste Termo de Referência, devendo a análise observar o conjunto da experiência técnica apresentada, conforme disposto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e jurisprudência aplicável dos Tribunais de Contas.

18.4.5. Cada atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



- 
- 18.4.5.1. Nome, CNPJ e endereço completo da entidade emitente;
- 18.4.5.2. Identificação do contrato ou instrumento jurídico correspondente, quando aplicável;
- 18.4.5.3. Descrição clara, detalhada e objetiva dos serviços executados, com indicação dos quantitativos executados;
- 18.4.5.4. Nome ou razão social da empresa executora;
- 18.4.5.5. Nome do(s) responsável(is) técnico(s) vinculado(s) à execução dos serviços;
- 18.4.5.6. Local e período de execução dos serviços;
- 18.4.5.7. Data de emissão do atestado;
- 18.4.5.8. Assinatura, identificação e cargo do signatário responsável pela emissão.
- 18.4.6. Será admitido o somatório de atestados e respectivas CAT ou RRT para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que tais documentos comprovem a execução de serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto licitado.
- 18.4.7. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante ou por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, em observância aos princípios da moralidade, veracidade e confiabilidade documental.
- 18.4.8. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, desde que comprovada a vinculação entre o responsável técnico e a empresa licitante no momento da apresentação da proposta.
- 18.4.9. Os atestados poderão estar vinculados ao responsável técnico indicado, desde que:
- 18.4.9.1. seja comprovado o vínculo formal entre o responsável técnico e a licitante, na data da apresentação da proposta ou na data da assinatura do contrato; e
- 18.4.9.2. o acervo técnico seja passível de utilização pela empresa, conforme normas do CREA ou CAU.
- 18.4.10. A licitante deverá disponibilizar, sempre que solicitado pela Administração, todos os documentos necessários à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados, incluindo, mas não se limitando a:
- 18.4.10.1. cópia do contrato ou instrumento equivalente que deu origem ao atestado;
- 18.4.10.2. dados atualizados da entidade emitente;
- 18.4.10.3. indicação precisa do local de execução dos serviços;
- 18.4.10.4. documentos complementares que comprovem a veracidade das informações prestadas.
- 18.4.11. A licitante vencedora deverá comprovar, para fins de assinatura do contrato, que o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) integra(m) seu quadro permanente, mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
- 18.4.11.1. Sócio, proprietário ou dirigente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- 18.4.11.2. Empregado: contrato de trabalho ou documento comprobatório de vínculo empregatício, nos termos da legislação trabalhista;
- 18.4.11.3. Prestador de serviço: contrato de prestação de serviços vigente, celebrado conforme a legislação civil, admitido nos termos da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.5. DECLARAÇÕES
-





18.5.1. **DECLARAÇÃO** de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação, ou **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**, caso a licitante opte pela realização da visita.

18.5.2. **DECLARAÇÃO** formal indicando o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, devidamente habilitado(s) como Engenheiro Civil e/ou Arquiteto Urbanista, acompanhada da respectiva certidão de registro e quitação junto ao CREA ou CAU.

18.5.3. A licitante também deverá preencher a **DECLARAÇÃO UNIFICADA** no próprio sistema (plataforma eletrônica – Licitanet).

## **19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

19.1. O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil reais), conforme planilha orçamentária elaborada pelo Setor de Engenharia do Município de Monte Carmelo/MG, integrante do presente processo administrativo.

19.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento em composições de custos referenciais obtidas por meio das tabelas oficiais do SINAPI MG 11/2025 (não desonerado) e DER Triângulo Mineiro 07/2025 (não desonerado), observando-se os parâmetros técnicos constantes nos projetos, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos do processo.

19.3. Para composição do orçamento estimado foi utilizado BDI/LDI correspondente a 24,84% (vinte e quatro vírgula oitenta e quatro por cento), conforme metodologia adotada pelo setor técnico responsável.

19.4. Os preços estimados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do objeto, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, desmobilização, encargos sociais, tributos, seguros, despesas administrativas, lucro e demais custos inerentes à execução da obra.

19.5. A estimativa orçamentária encontra-se compatível com os valores praticados no mercado e observa os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade da contratação pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.6. As especificações dos itens, quantitativos, unidades de medida e respectivos valores unitários e totais encontram-se detalhados na planilha orçamentária integrante do processo administrativo.

19.7. Os quantitativos adotados decorrem dos levantamentos constantes dos documentos técnicos elaborados pelo setor competente, especialmente Projeto Básico, Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo e Planilha Orçamentária.

## **20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

20.1. A presente contratação possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual vigente do Município de Monte Carmelo/MG, estando compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023.

20.2. Os recursos necessários à execução do objeto desta contratação correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, vinculadas à Secretaria Municipal de Obras, destinadas à execução de obras de infraestrutura urbana e revitalização de



---

espaços públicos.

20.3. A presente contratação será custeada com recursos provenientes de Transferências da União, decorrentes de Emenda Parlamentar Individual nº 202543000001, vinculada ao Plano de Ação nº 09032025-079660.

20.4. A dotação orçamentária destinada à cobertura das despesas decorrentes desta contratação é a seguinte:

a) Ficha 1211/1 – 02.02.59.03.15.451.4035.00.1.740.4.4.90.51.01.0027 – fonte 2.706 – Obras e Instalações.

20.5. Para fins de atendimento às exigências legais e de controle interno, será emitida a competente Declaração de Disponibilidade Orçamentária e Financeira, acompanhada da respectiva Nota de Reserva Orçamentária, previamente à formalização do contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 2.621/2023.

20.6. A Administração Municipal declara, para todos os fins legais, que há previsão de recursos orçamentários suficientes para suportar integralmente as obrigações decorrentes desta contratação, garantindo o equilíbrio entre receitas e despesas e observando os princípios da responsabilidade fiscal, planejamento, transparência e sustentabilidade financeira.

20.7. Destaca-se, ainda, que o cronograma físico-financeiro da obra foi estruturado em consonância com a programação orçamentária e financeira do Município, assegurando a compatibilidade entre a execução física do objeto e a disponibilidade de recursos, evitando riscos de paralisação por insuficiência financeira.

20.8. A presente contratação encontra-se vinculada ao Programa “Investimento em Infraestrutura para o Desenvolvimento” e ao Projeto/Atividade “Construção Jardim Sensorial Praça da Areia”, constituindo ação voltada à revitalização e melhoria da infraestrutura urbana do Município de Monte Carmelo/MG, com foco na promoção da acessibilidade, lazer, convivência social e valorização dos espaços públicos.

## **21. DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

21.1. As partes comprometem-se a cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame, da apresentação de proposta ou da execução do contrato administrativo, responsabilizando-se pelo tratamento adequado dessas informações.

21.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios previstos no art. 6º da LGPD.

21.3. É vedado o compartilhamento, a divulgação ou a utilização dos dados pessoais para finalidades diversas daquelas previstas no contrato, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas em lei.

21.4. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE acerca de eventuais subcontratações ou instrumentos congêneres que envolvam tratamento de dados pessoais relacionados à execução contratual.

21.5. Encerrado o tratamento dos dados pessoais, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas



em que houver necessidade de guarda para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, observados os respectivos prazos prescricionais.

21.6. É dever da CONTRATADA orientar, treinar e capacitar seus empregados, colaboradores e prepostos acerca das obrigações, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, garantindo o adequado tratamento dos dados pessoais.

21.7. A CONTRATADA deverá exigir de eventuais subcontratados ou terceiros contratados o cumprimento integral das disposições desta cláusula, permanecendo responsável por garantir sua observância.

21.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligências, auditorias ou solicitar documentos para verificar o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente aos pedidos formulados.

21.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca do tratamento de dados pessoais, inclusive quanto à sua utilização, armazenamento, compartilhamento e eventual eliminação, para fins de verificação do cumprimento da LGPD.

21.10. O contrato poderá ser alterado para adequação aos procedimentos e normas relativas à proteção de dados pessoais, sempre que necessário, em especial em decorrência de orientações, recomendações ou determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.

21.11. Os contratos e instrumentos congêneres que envolvam tratamento de dados pessoais poderão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, quando aplicável, nos termos da LGPD e da regulamentação vigente.

21.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação para assuntos relacionados à proteção de dados pessoais, inclusive indicando responsável para contato, quando aplicável, nos termos do art. 41 da LGPD e regulamentação da ANPD.

21.13. Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a CONTRATANTE sem demora injustificada, fornecendo as informações necessárias ao cumprimento do art. 48 da LGPD e das normas expedidas pela ANPD.

21.14. Para os fins desta cláusula, as partes reconhecem que:

21.14.1. a CONTRATANTE atuará, em regra, na qualidade de Controladora dos dados pessoais;

21.14.2. a CONTRATADA atuará, em regra, na qualidade de Operadora dos dados pessoais;

21.14.3. nas hipóteses legalmente caracterizadas de controladoria conjunta, as partes observarão o disposto na LGPD e demais regulamentações aplicáveis.

## **22. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

22.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2.621, de 04 de abril de 2023, Decreto Municipal nº 2.727, de 21 de fevereiro de 2024, Decreto Municipal nº 2.748, de 26 de abril de 2024, bem como demais normas aplicáveis à contratação pública e à execução de obras e serviços de engenharia.

22.2. A contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e vantajosa ao interesse público, visando à revitalização da Praça Celso Bueno, no Município de Monte Carmelo/MG, mediante execução



de obra de engenharia voltada à melhoria da infraestrutura urbana, acessibilidade, segurança, funcionalidade e utilização do espaço público pela população.

22.3. A solução proposta foi estruturada com fundamento nos estudos técnicos elaborados pela Secretaria Municipal de Obras, observando critérios de planejamento, economicidade, eficiência, sustentabilidade, funcionalidade, durabilidade e adequada aplicação dos recursos públicos.

22.4. As exigências técnicas, operacionais, econômico-financeiras e de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência foram definidas em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, limitando-se ao estritamente necessário para assegurar a adequada execução do objeto.

22.5. A execução contratual deverá observar integralmente os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas, normas da ABNT, normas ambientais, normas de segurança do trabalho e demais documentos integrantes do processo administrativo.

22.6. A contratação será realizada mediante Concorrência, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço global e regime de execução por empreitada por preço global, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.7. A Administração Municipal adotará todos os mecanismos de gestão, fiscalização e controle necessários à adequada execução contratual, observando os princípios da legalidade, eficiência, transparência, continuidade do serviço público e proteção do interesse público.

22.8. Os casos omissos e as situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração Municipal com fundamento na legislação vigente, nos princípios gerais do direito administrativo e nas normas aplicáveis às contratações públicas.

Monte Carmelo, 30 de abril de 2026.

Maria Eduarda Mendes de Oliveira

Secretária Municipal de Obras